

Brasil: análise do governo Lula

Um governo tipicamente burguês a serviço dos interesses dos patrões

Rosi Santos e Antonio Carlos Soler

Nos anos 90, no Brasil, ocorreu uma profunda mudança na composição da classe trabalhadora. Essas transformações foram causadas, principalmente, pela implementação tardia do neoliberalismo no território nacional, políticas iniciadas no governo de Fernando Collor de Melo e aprofundadas nos mandatos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva (Lula) tiveram consequências dramáticas para a organização e mobilização dos trabalhadores, pois provocaram maior heterogeneidade e fragmentação na classe trabalhadora, notadamente na urbana. Como não existe raio em céu aberto, o que poderia ser um governo do PT e de Lula já se prefigurava na atuação dessa corrente no movimento e na gestão de prefeituras e em mandatos parlamentares isso já no final da década de 80, a CUT, o PT e demais setores burocráticos do movimento social e operário contribuíram diretamente com esse processo de reestruturação produtiva.

No entanto, o crescimento do desemprego, da precarização das condições de vida e de trabalho fez com que crescesse o descontentamento das massas. Não há mudança gerencial, produtiva ou campanha ideológica que possa neutralizar por tempo indeterminada os efeitos da exploração e da pobreza sobre a consciência dos trabalhadores, sem falar que esses também, através de suas experiências e lutas cotidianas, acabam por inventar formas de resistência. Ou seja, o mito de que a reestruturação produtiva iria acabar com a capacidade de resistência dos trabalhadores caiu por terra.

Assim, no final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a insatisfação no interior da classe trabalhadora e na classe média era generalizada. As políticas neoliberais foram levadas até o final: privatizações, financeiri-

rização da economia, precarização da força de trabalho, repressão brutal aos movimentos sociais, adaptação das principais direções do movimento operário e estudantil (CUT e UNE, respectivamente). Diante deste cenário de risco de um ascenso generalizado, que poderia colocar em questão esse novo padrão de exploração conquistado pela burguesia na década de 90, levou a classe dominante e o imperialismo a apostar em Lula como chave para conter uma possível rebelião popular no Brasil e, quiçá, estender e aprofundar as reformas no Estado iniciadas por FHC.

UMA BREVE HISTÓRIA DA “NOVA REPÚBLICA”

Alimentados pela ideologia que o fim da ditadura e a democracia representativa seria a panacéia de todos os problemas sociais e das demandas dos trabalhadores, esses governos assumiam seus mandatos em meio à grande expectativa popular. Expectativa que se devia ao fato de que eram governos que assumiram, invariavelmente, o poder em momentos de crises econômicas: recessão ou hiperinflação. Entretanto, essa ilusão não tardava para se dissipar e ser substituída por uma enorme frustração desencadeada principalmente por crises econômicas. Essa mecânica pôde se comprovar de forma quase que automática nos governos de José Sarney e com Fernando Collor de Melo.

No governo do vice de José Sarney (Tancredo Neves presidente eleito foi acometido por uma infecção hospitalar e morreu sem assumir efetivamente o poder), primeiro governo pós-ditadura militar - eleito de forma indireta pelo colégio eleitoral, pois a mobilização contra a ditadura não teve força para impor nenhuma conquista democrática substancial, fazendo com que a transição para a democracia formal se desse com todas as garantias para o antigo regime e para as classes dominantes - assumiu efetivamente o governo. Com a política de congelamento dos preços para frear a inflação conseguiu momentaneamente controlar a inflação. O Plano Cruzado no fim de 1986, após o PMDB (partido de Sarney) já estava esgotado e a inflação voltou para patamares altíssimos. O congelamento de preços não bastou, pois o plano foi boicotado através do desabastecimento generalizado, o que gerou filas gigantescas a procura de produtos básicos. A política econômica de Sarney não se sustentou e, em 1989, a inflação chegou a 60%, três meses antes do fim do mandato de Sarney, que ainda enfrentou forte resistência do movimento social, notadamente o sindical, movimento que teve expressão singular na greve geral de 1989.

No início do governo Collor, a expectativa era positiva. Com o descontrole da inflação Collor confiscou as poupanças de forma indiscriminada de toda a população. É evidente que setores dominantes próximos ao governo foram avisados do confisco e tiraram o dinheiro da poupança ou resgataram posteriormente os valores, coisa que não ocorreu com os trabalhadores. Além disso, foi responsável por uma “abertura” econômica que causou uma quebradeira nunca vista na indústria nacional e pelo desemprego de ao menos 20% da força de tra-

balho. Após denúncias de corrupção, sofreu um processo de impeachment e a sua popularidade foi ao chão.

Em 1993, a economia brasileira passava por momentos com recessão prolongada, inflação aguda e crônica e desemprego. A crise econômica (até aí quase crônica no Brasil) atingiu seu ponto máximo, o índice IGP (Índice Geral de Preços) chegou a estrondosos 2,851% ao ano, Itamar Franco, vice-presidente de Collor, via renúncia, é empossado em dezembro de 1992, tinha o desafio de trazer “estabilidade a economia” em um quadro de inflação que era altíssima. A alta da inflação chegava a 2.851%, em janeiro de 1994 e a sua popularidade ainda mantinha-se baixa. Depois de várias iniciativas para “sanar” a economia, Itamar Franco monta uma nova equipe na área econômica e chama Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o ministério da economia. É elaborado o Plano Real que em resumo significou transferir o custo do controle inflacionário para a massa de trabalhadores que, através de um mecanismo chamado tablita para converter a moeda anterior ao real, fez com que tremendas perdas inflacionárias não fossem repassadas aos trabalhadores. A partir daí, a inflação caiu e Itamar Franco acabou seu mandato com altos índices de aprovação, o que possibilitou levar FHC ao Palácio do Planalto.

A aprovação do governo FCH variava de acordo com a queda ou alta do Real e oscilava do mesmo modo que seus antecessores: de acordo com o desempenho da economia. Entretanto, passou pelas crises econômicas conseguindo se reeleger. Mas, quando houve a desvalorização do real provocando uma alta da inflação, sua popularidade caiu drasticamente. Seu governo atuou no sentido de penalizar os trabalhadores diante das crises da economia e por tratar com a mais brutal violência os movimentos sociais, caracterizado pelo governo das maiores privatizações, terceirização do trabalho, deixando o governo sem deixar “saudades”.

A história recente da política do Brasil demonstra que o motivo subjacente das curvas de popularidade tanto para baixo quanto para cima de Lula, assim como de seus antecessores, seguiram o mesmo percurso: o desempenho econômico. Lula se elege, após três tentativas frustradas, com uma alta expectativa. Com a queda da inflação de 27% para 7% a sua popularidade foi mantida. E ficou em alta durante quase todo o primeiro mandato, “mas a crise de 2004 a fez cair a quase zero” (*O Estado de São Paulo*, Economia dita vaivém da popularidade, José Roberto de Toledo, p. H2, 1-1-2011). Durante esses oito anos a popularidade de Lula também oscilou de acordo com os dados da economia, fenômeno que marcou a popularidade de todos os governos do pós-ditadura militar.

REFORMAS NEOLIBERAIS, FISILOGIA E COOPTAÇÃO

A eleição de Lula em 2002 se enquadrou no marco das eleições da América Latina daquele momento: desgaste do neoliberalismo, rebeliões sociais, ascensão ao governo de partidos ou alianças considerada pela classificação política de centro esquerda. A particularidade é que no Brasil a eleição não foi marca-

da por uma ascensão das massas trabalhadoras, situação diferenciada da enfrentada por Nestor e Cristina Kirchner (Argentina), Hugo Chávez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia). Ao contrário destes países, a possibilidade de uma rebelião popular – fenômeno que se generalizou por quase todo o cone sul da América Latina – desmontada pela aposta em um governo preventivo e com políticas de compensação social. Isso explica o apoio de setores importantes da burguesia, do imperialismo e da burocracia sindical, “santa trindade” que permitiu a vitória de Lula.

Ao chegar no governo o PT, já havia percorrido totalmente um processo de metamorfose política e organizativa. O que na década de 80 se constituiu como um partido operário de massas dirigido por uma corrente oportunista chegou ao governo como um partido que deixou para trás a idéia mesmo que reformista do socialismo, a organização de base e a participação operária e popular em seus núcleos de base, se constituindo em mais um partido burguês. Essa transmutação já prefigurava o que seria um governo petista e de Lula, a carta ao povo brasileiro onde Lula assume o compromisso com a política macroeconômica do governo anterior coroou esse processo.

Parte fundamental da história política dos últimos oito anos são os escândalos que provocaram sérias crises políticas e que colocaram, inclusive, a possibilidade de Lula enfrentar um processo de impeachment, “Havia, até poucos meses atrás, apenas dois cenários possíveis – ambos fatais – para o futuro político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O primeiro era um tiro certo: o impeachment. O PT, em frangalhos, vivia uma de suas maiores crises internas. O segundo cenário era uma morte lenta” (Kandir, Antônio. Diretrizes operacionais e conceituais para a reforma da Previdência Social. In: Kandir, A. *et alii*. *A Previdência Social e a revisão constitucional*. Brasília, MPS/CEPAL, 1993).

As crises políticas do governo Lula apesar de afetarem a popularidade do governo e de atraírem a atenção massiva da população se resolveram totalmente nos âmbitos da ordem estabelecida. Como uma estrutura estatal patrimonialista - que remete a sua formação ao processo de colonização que mesmo após mudanças históricas importantes como a independência nacional, o fim da monarquia e do regime escravista - não passou por mudanças significativas e, dessa forma, a participação popular nesse estado se restringe ao processo eleitoral para a escolha dos governantes. Assim, as possibilidades de corrupção - que já são intrínsecas ao estado burguês - são elevadas ao cubo.

No período de pós-ditadura militar o governo Lula foi o que mais sofreu denúncias de corrupção e o que mais se safou das mesmas. Foram aproximadamente 60 denúncias de corrupção. O primeiro grande escândalo do governo ocorreu em 2004 com o assessor parlamentar da Casa Civil, (Waldomiro Diniz, flagrado em uma fita de vídeo pedindo propina para Carlos Cachoeira (homem da máfia dos caças níqueis, jogatina ilegal no país).

Em 2005, o ex-diretor da Administração dos correios (Mauricio Marinho) é mostrado embolsando propina e relatando como era a estrutura de corrupção nos correios. Ao ser indiciado como feche do esquema, Roberto Jefferson, depu-

tado federal e presidente do PTB, que delatou todo o esquema de corrupção que veio a ser conhecido como *mensalão*. Empresas que prestavam serviços ao governo faziam pagamento de mesadas aos deputados para que esses votassem nas propostas do governo. Ainda em 2005, veio à tona a “operação vampiros” da Polícia Federal que revelou esquema de corrupção e fraude na compra de hemoderivados, o que levou a queda de Humberto Costa (PT-PE), que acabou se reelegendo senador da república.

O ano de 2006 também foi rico em escândalos no governo. Ainda na saúde foi revelado o esquema batizado de “Sanguessugas”. Tratava-se da venda de ambulâncias com valor superfaturado para as prefeituras envolvendo o PSDB. Esse caso gerou outro escândalo, o do dossiê contra tucanos que envolvia partidários de Lula. Na seqüência - ainda em 2006 - Palocci (Ministro da Fazenda) determinou a quebra do sigilo bancário da testemunha de uma comissão parlamentar de inquérito sobre a máfia dos bingos, pois dentre as denúncias o próprio Palocci era visto como envolvido em um esquema de corrupção em Ribeirão Preto, cidade que Palocci havia sido prefeito e na qual comandava outro esquema de corrupção.

E não parou por aí. Os cartões corporativos, cartões de crédito de pagamentos de contas em viagens e com alimentação eram usados sem o menor controle. Usados por ministros e outros altos funcionários como reitores de universidades federais entre eles o reitor da (UNB) Universidade de Brasília, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). A malversação era tão descarada que atingiu até uma ministra. Matilde Ribeiro, ministra da igualdade racial do (PT) utilizou o cartão em uma viagem pessoal para o exterior que acabou sendo derrubada do cargo em 2008. Poucos meses antes do último pleito eleitoral, outra denúncia atinge o governo, uma assessora direta de Dilma Rousseff, quando ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, é denunciada por tráfico de influencia de empresas junto ao governo.

Depois veio a crise das passagens aéreas que envolveram todo o Congresso, onde se constatou que passagens aéreas que deveriam servir para atividade política dos Senadores, estavam sendo usadas por familiares, apadrinhados políticos, namoradas, etc. A mais “nova” onda de denúncias se concentrou em José Sarney (Senador pelo PMDB, ex-presidente da República e atual Presidente do Senado). Sarney foi denunciado por nepotismo, tráfico de influência e desvio de dinheiro público, o que também não é novidade nenhuma. Outros presidentes, como Antonio Carlos Magalhães (falecido coronel da oligarquia baiana), após várias denúncias, tiveram que renunciar para não sofrer processo por falta de decoro parlamentar. Renan Calheiros (PMDB e ex-presidente do Senado e da “Tropa de Choque” de Sarney), também denunciado por lavagem de dinheiro dentre outras falcatruas, que nem sequer renunciou ao mandato, após um acordo interno apenas renunciou à presidência da “casa”.

Das onze representações feitas no conselho de ética do Senado todas foram arquivadas. Da mesma forma que no episódio das passagens aéreas quase a totalidade dos partidos estão envolvidas nas denúncias. O líder do PSDB no

Senado, Arthur Virgílio, também foi pego com a boca na botija. Um dos seus assessores foi estudar na Europa com salário pago pelo Senado e o mesmo senador teve suas contas pagas com dinheiro emprestado do Senado durante uma viagem com a família na Europa. Vários outros casos demonstram que o problema é generalizado, o famoso “mar de lama” que permeia a política dominante no Brasil não tem fim.

O Parlamento, como parte do Estado burguês e da sua característica divisões dos poderes, em qualquer parte do planeta, representa os interesses da classe dominante, independente da forma que possui (presidencialismo, parlamentarismo, monarquia parlamentarista, com câmara baixa, com câmara única). A tão propagada “maturidade” de outras repúblicas, em geral européias, não impede que representantes da classe dominante vez por outra caiam em desgraça. A própria estrutura deste Estado, fundado na propriedade privada dos meios de produção e da opressão de uma classe sobre outra. De modo que qualquer cuidado como a res pública (coisa pública) é totalmente antagônico aos interesses dos criadores deste sistema. A democracia formal que tem a expressão máxima a eleição de “representantes do povo”, na irrevogabilidade dos mandatos e nos altos salários dos representantes, criam e recriam as condições favoráveis para todas as formas de corrupção.

Essas crises políticas não resultaram em mobilizações dos trabalhadores, estes acompanharam a crise e as Comissões Parlamentares de Inquérito pela televisão, com atenção, mas de forma extremamente passiva, “torcendo” para que o Congresso punisse os responsáveis. A oposição burguesa por sua vez não soube/quis aproveitar a possibilidade de derrubar Lula. Isso por dois motivos. O primeiro porque não houve como no caso de Collor uma comoção política de massas com mobilizações de rua e por outro lado a queda de Lula poderia levar a uma desestabilização política que colocaria em questão a um período de crescimento econômico que estava gerando grande lucratividade. Por isso, a solução encontrada perante a crise que envolveu figuras públicas e históricas da direita, como José Sarney, acabou sendo encaminhada através de um acordo velado entre oposição e governo, para diluir o escândalo de forma que este não fosse transferida para as ruas e resolvido pela juventude e pelos trabalhadores.

No decorrer dessas crises polemizamos com duas posições que consideramos equívocas. Com aqueles que se restringem à defesa de um congresso baseada em uma Câmara Única de representantes, como fez o PSTU e, conseqüentemente, a CONLUTAS, quanto com aqueles, que elaboram uma proposta de Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana para resolver “todos os problemas nacionais, as formas de representação e as mazelas que afetam os trabalhadores e o povo pobre” (Jornal *Palavra Operária* 61, p. 3).

Na primeira formulação (CONLUTAS e o PSTU) se restringem ao “Fim do Senado, por uma Câmara única”; esta formulação não dá conta da magnitude do problema. O “fim do Senado” não pode ser uma bandeira em si, deve encontrar uma série de reivindicações que conduzam a uma perspectiva de ruptura revolucionária e, ao contrário disto, o programa para este momento fica restrito

aos marcos da *institucionalidade burguesa*. Na segunda formulação (Ler-Qi) não leva em consideração que o Brasil tem uma série de questões democráticas, como a reforma agrária, que ainda não foi feita, assim a proposta de Assembléia Constituinte tem validade enquanto articuladora entre a atual crise da democracia burguesa e uma saída radicalmente estabelecida pela luta dos trabalhadores. Mas, esta elaboração não deixa claro que as “tarefas democráticas” só podem ser levadas a cabo de forma conseqüente pela luta dos trabalhadores pelo poder político.

Defendemos, na ocasião, uma formulação de Assembléia Constituinte Revolucionária como meio tático para os trabalhadores, que só pode ser construída na mobilização, e em organismos de representação direta, estas são as condições necessárias para a conquista do poder pelos trabalhadores. É necessário criar uma alternativa que questione o conjunto da estrutura política do Estado capitalista através de um sistema de reivindicações que no caso da época se iniciava pela exigência da renúncia de Sarney e seguia construindo pontes até a imposição de um governo dos trabalhadores, condição necessária para qualquer mudança efetiva.

EMPRESÁRIOS SÃO OS VERDADEIROS BENEFICIADOS NO GOVERNO LULA

O crescimento econômico anterior - sobre a base da *precarização*, desemprego e arrocho salarial - contribui para que o governo Lula e as centrais operárias governistas conseguissem manter o movimento de massas em geral e os trabalhadores em especial em um estado de letargia política, em um primeiro momento, que vem sendo, apesar da terrível crise de direção em que vivemos enfrentado pelos trabalhadores que por vezes rompem momentaneamente com o controle burocráticos dos seus principais dirigentes.

Lula chegou ao governo num momento da economia mundial em que no Brasil havia uma tendência ao crescimento econômico, situação que não se viu durante nenhum dos governos pós-ditadura anteriores a ele, e deu continuidade à política macroeconômica do governo anterior pautada pelo ideário neoliberal, ou seja: cambio flutuante, metas de inflação, superávit primário. Com a alta no preço das commodities (ferro e soja) a balança comercial se manteve em alta proporcionando ingresso de capitais, ampliação das reservas internacionais. Segundo analistas esse patamar foi completado com uma política econômica mais agressiva por parte do governo com um investimento público e privado em projetos articulados pelo governo e com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento o BNDS.

Lula manteve todas as bases da política industrial e das políticas estatais do governo anterior. Não suspendeu nenhuma das privatizações, fez leilões para privatizar a extração de petróleo das bacias petrolíferas - na questão da extração do petróleo da camada do pré-sal, a Petrobrás (que já tem a maioria das ações na mão do capital privado) será sócia majoritária dos investimentos para garantir às petrolíferas estrangeiras lucratividade -, foram terceirizados 35 mil

trabalhadores irregulares pelo governo federal e foi gasto até 2009 R\$ 14,1 bilhões com a terceirização, o que significa um aumento de 85% em relação ao primeiro mandato de Lula, segundo dados no Tribunal de Contas da União (TCU). O setor que mais custou ao governo foi com serviços de processamento de dados, que somou o valor de R\$ 2,9 bilhões em 2010.

Este estado de abundância de capitais com base na primarização da economia e na exportação de commodities, no crescimento econômico ancorado no alto preço das commodities, setor que conjuntamente ao financeiro tem tido lucros fabulosos durante o governo Lula. Por sua vez, o crédito dado pelo setor financeiro, tem puxado o consumo de parte da população em bens duráveis. Isso se deveu a diversos elementos institucionais, tais como a aprovação da nova Lei de Falências, a plantação do microcrédito e, sobretudo, a legislação que implementou o crédito consignado com desconto em folha para o setor privado e para aposentados e pensionistas do INSS (Araújo, José Prata. *Um retrato do Brasil: balanço do governo Lula*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006). A política de abertura de crédito sujeitou os trabalhadores a empréstimos para comprar qualquer coisa, por exemplo, desde trocar da TV a financiamento de um automóvel em 5 anos, pois já que não podem contar com seus salários acabam contraindo dívidas pensando não estar colocando em risco o orçamento familiar.

A partir da estabilidade monetária o crédito financeiro serviu como um dos meios de “puxar” a produção e criar a sensação de que vida dos trabalhadores estava melhorando. Na verdade, esse processo tem sido prejudicial na medida em que o endividamento além de impor ao trabalhador muitas vezes dobrar a sua jornada de trabalho o coloca ainda mais na defensiva diante da patronal na medida em que o endividamento cria, por outro lado, mais insegurança e medo, o que repercute negativamente na disposição de luta. Este tipo de crédito não traz mudança alguma para as condições de vida do trabalhador no âmbito do trabalho pelo contrário o deixa mais vulnerável e dependente dos patrões e suas medidas. A verdadeira intenção de políticas como estas é de, justamente, deixar o trabalhador refém, e a primeira medida -como já ocorreu no auge da crise econômica- é restringir o crédito.

Os capitais mantiveram altos ganhos (taxas de lucro), devido ao padrão produtivo dominado pela *financeirização* do capitalismo, globalização da produção e dos mercados desenvolvido nas últimas décadas. Quando se fala do caráter não privatista do governo Lula é necessário se levar em consideração uma série de fatores, dentre eles o aumento da terceirização ocorrida em seu governo, assim “em termos reais, descontada a inflação, o aumento da despesa de terceirização no segundo mandato de Lula, até 2009, foi de 61%” (*O Estado de São Paulo*. Gastos com terceirização crescem 85% no 2º mandato do presidente Lula. Fernando Dantas, p. B1, 27-12-2010).

Durante os anos de crise 2008 e 2009 houve “acordos” para a redução de salário e da jornada de trabalho celebrados pelas centrais pelegas, provocando imensa queda na massa salarial dos trabalhadores, por um lado, e no aumento do lucro das empresas, por outro.

O caso da Embraer, que produz aviões em São José dos Campos – São Paulo, é sintomático dentro da lógica entre Estado, capital e trabalho que predominou durante o governo Lula, pois demitiu 4200 trabalhadores no ano de 2009, alegando queda no número de pedidos sem que o governo tivesse a menor intervenção e no final do mesmo ano anunciou um lucro líquido de R\$ 221,9 milhões.

Mas, não foi somente o setor industrial que se beneficiou a partir do aporte estatal e de maiores taxas de exploração. Até representantes patronais de outros setores alegam que o agronegócio foi tratado de forma diferenciada pelo governo. O campo é responsável pela produção de 25% de todas as riquezas produzidas no Brasil e pela estrutura produtiva predominantemente primária tem um papel fundamental na balança comercial, para safra de 2004, só para se ter uma idéia, foram realizados mais de 1,6 milhão de contratos, crescimento de 80%, em relação aos anos anteriores (Araújo: *Balanço do governo Lula*, p. 162, 2006).

A DINÂMICA DA LUTA DE CLASSES NO GOVERNO LULA

Não é real a idéia de que durante o governo Lula não houve movimentos de resistência da classe trabalhadora ou da juventude. Uma série de mobilizações salariais, contra o desemprego, sucateamento das universidades federais e estaduais, reforma da previdência, contribuição previdenciária dos aposentados, ocorreram nesses oito anos. Muitos desses enfrentamentos colocaram em cena o movimento estudantil com greves e ocupação de reitorias por todo o país; mais recentemente assistimos os movimentos contra o sucateamento e o aumento da tarifa do transporte público. Protagonizaram lutas importantes, também, bancários, trabalhadores dos correios, funcionalismo federal, metalúrgicos, professores das redes públicas estaduais.

O governo Lula - só comparado a Getúlio Vargas nesse quesito - colocou sob a sua batuta todas as organizações tradicionais dos trabalhadores e estudantes com políticas de concessão à burocracia sindical, como foi o repasse para as centrais de toda a contribuição sindical, valor monetário que gira em torno de *R\$100 bilhões a cada ano. A mesma política foi dirigida à União Nacional dos Estudantes (UNE)* que desde sempre esteve alinhada com o governo, recebendo um cheque de R\$ 30 milhões. Trata-se da primeira parcela de um total de R\$ 44, 6 milhões que serão pagos pela Comissão de Anistia para a reconstrução da sede, destruída por um incêndio provocado por milicos da ditadura. Ora, essa política governamental somada com as demais políticas assistencialistas do governo – PROUNI, Bolsa Família – prostrou totalmente as organizações que já haviam rompido com a independência de classe e as colocou diretamente a serviço do governo e de suas políticas. Esse enquadramento político ideológico das organizações tradicionais contribuiu enormemente para que as mobilizações descritas anteriormente não alçassem dimensões nacionais ou obtivessem a solidariedade de outros setores, inviabilizando,

assim, que esses processos ganhassem um caráter político mais abrangente, facilitando o isolamento e os ataques do estado por meio do judiciário ou da repressão policial direta aos movimentos.

Com a crise econômica - iniciada no fim 2007 -, ocorre uma série de eventos políticos no interior da luta de classes que colocaram à prova concepções, estratégias, políticas e táticas daqueles que pleiteiam disputar a direção do movimento, como é o caso da Conlutas (dirigida pelo PSTU) e de outros setores que romperam com a CUT. A CUT conteve os trabalhadores com a falácia de que não havia outra saída a não ser pactuar com os patrões para que em tempos de mudanças profundas no processo produtivo os trabalhadores mantivessem suas conquistas, quando, na verdade, segundo o IBGE, dados de 2009, o rendimento médio do trabalhador Brasileiro é de R\$ 733,00.

E parte do novo desafio, criar uma ferramenta de luta que abarque todos os setores combativos para construir uma alternativa de luta e anticapitalista a CUT. Dentro do contexto de dificuldades do movimento de massas no Brasil causada pelo governismo cutista e de demais centrais, no campo da esquerda nos debates com a política economicista da direção da Conlutas que nos processos de resistências e mobilizações não se coloca à altura dos desafios e não consegue emplacar políticas que permitam a resistência efetiva e a solidariedade aos setores que resistem. Além disso, como foi no caso do Congresso de Santos - o CONCLAT, em 2010 -, o PSTU manteve uma política ultimata ao querer impor uma hegemonia política e organizativa aos demais setores sem que essa se pautasse na autoridade política construída na luta de classes. O resultado é conhecido: o congresso que deveria ser de unificação acabou por ser um congresso de dispersão ainda maior, pois a Conlutas saiu menor do ponto de vista do tamanho, da diversidade de setores e de sua base social.

Com a ampliação das políticas assistencialistas, praticamente metade das famílias da região nordeste recebia algum tipo de ajuda financeira. O “benefício básico é destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza, com valor de R\$ 50,00 mensais. O benefício variável destinado aos que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição: gestantes, crianças entre zero e 12 anos de idade...Seu valor mensal será de R\$ 15,00 por beneficiário. A família em situação de extrema pobreza – renda per capita de até R\$ 50,00 mensais – terá direito ao benefício básico e ao benefício variável. O Bolsa Família tem, portanto, um valor mínimo de R\$ 15,00 e máximo de R\$ 95,00” (Araújo: *Balço do governo Lula*, p. 154, 2006).

A maioria dos eleitores do PT são atendidos por políticas compensatórias: Bolsa Família, PRO-UNI, Primeiro Emprego. Esse quadro reforçou a nosso ver o caráter social e político do governo, pois foi um governo que apesar de contar com o apoio quase que unânime do movimento sindical, através da CUT e da Força sindical, não dependia de mobilização desses setores para se manter, ou seja, um governo que ampliou enormemente sua base de sustentação entre as camadas menos urbanas e organizadas da sociedade brasileira.

Apoiado em um período de crescimento econômico, manteve sua popularidade com políticas de compensação social que, longe de reduzir a desigualdade social, transferiu verbas públicas para os mais pobres, criando assim, uma sensação de que a vida melhorou e de que, finalmente, o Brasil não era mais o país da desigualdade social (41 milhões foi o montante gasto em promoção, valor muito acima do limite legal). Isso não é calcado na realidade e tão pouco possui sustentação plena. A parcela explorada da sociedade brasileira não tem muito do que se orgulhar ou agradecer a Lula, pois seu governo foi de fato o governo da burguesia e todas as medidas para que se mantivesse assim, foram feitas. Dos mandatos de Lula, o primeiro serviu para conter a onda de descontentamento das políticas do governo FHC, descontentamento que poderia se tornar uma rebelião generalizada como ocorreu em vários países da América Latina, mas através da continuidade e a ampliação das políticas de compensação social iniciadas no governo anterior o que, somado ao bom desempenho das exportações (no segundo mandato) às custas de uma maior primarização da economia brasileira, acabou gerando uma sensação de *bem estar social*.

Lula, por exemplo, manteve todas as privatizações do governo anterior, fez leilões para privatizar a extração de petróleo das bacias petrolíferas. Na extração do petróleo da camada do pré-sal, a Petrobrás (que já tem a maioria das ações na mão do capital privado) será sócia majoritária dos investimentos para garantir às petrolíferas estrangeiras alta lucratividade. Com Dilma, essa estratégia será mantida. Dessa forma, no que pesem diferenças pontuais, a eleição de Serra (PSDB) ou Dilma (PT) não traria nenhuma mudança real nas condições de existências dos trabalhadores e da juventude. Não estávamos antes e nem agora diante de uma disputa entre direita e esquerda, mas de dois projetos de direita, onde um quer dominar e garantir a lucratividade através do fortalecimento de determinados setores do estado e da relação privilegiada com os aparatos sindicais e o outro através de uma maior liberalização do mercado (oposição).

A diferença fundamental entre Lula e seus antecessores, como já apontado anteriormente, foi que este chegou à presidência num período favorável da economia mundial, assim, a grande aceitação e os recordes de popularidade nunca vistos (Lula entregou o governo com “estrondosos” 80% de aprovação) foram, em grande parte, construídos por meio de intensa propaganda, o que “explica porque o governo gastou R\$ 20 milhões em peças publicitárias para 325 jornais, revistas, e emissoras de TV e rádio” (*O Estado de São Paulo*, 21-12-2010).

Lula, além de celebrar incansavelmente seus “feitos” aos quatro ventos, não deixou de apelar para a antiga imagem de ex-operário retirante nordestino, homem do povo. Esta querela amplamente difundida serviu de arma eleitoral tanto para ser eleito quanto para se manter no poder. Artimanha que explorada ao máximo afetou as pesquisas, e como efeito muitas vezes psicológico, este mecanismo foi um agente manipulador de consciência importante. Por isso, acreditamos que é necessário ver o que houve de concreto na popularidade de

Lula ou em que medida isso é, em parte, exagero, que de base material pensamos ter muito pouco, se tornando muitas vezes e, incessantemente, pura propaganda de popularidade.

Um dos agentes decisivos para estes “vitoriosos” oito anos de mandato de Lula não se dá apenas pelo seu suposto “carisma inerente”, ou até mesmo devido somente às apelativas políticas sociais compensatórias, mas sim pela pretensa criação, invenção de um “mito” chamado Lula, oportunamente bancado a altas cifras.

Nesses dois mandatos de Lula, o primeiro serviu para conter a onda de descontentamento das políticas do governo FHC, descontentamento que poderia se tornar uma rebelião generalizada como ocorreu em vários países da América Latina, através da *continuidade e a ampliação das políticas de compensação social iniciadas no governo anterior*, o que somado ao bom desempenho das exportações, à custa de uma maior primarização da economia brasileira, gerou uma sensação de bem estar social, o que explica, em boa medida, a alta popularidade do governo Lula.

Entretanto, *essas medidas começam a se esgotar como mecanismos de controle social. Essa visão é compartilhada por analistas de políticas sociais de várias vertentes políticas e, cabe ademais a esquerda aprofundar esse debate e dar a batalha política contra as ilusões criadas pelo governo – e agora estendidas a Dilma Rouseff - que, em certa medida, contribuíram para a não ascensão do movimento de massa nestes oito anos de governo petista.*

Para aqueles que tinham dúvida sobre qual caráter de classe teria o governo petista, os dois mandatos de Lula foram mais do que provas empíricas para classificá-lo como um governo normal da classe dominante. Não houve durante essa quase uma década nenhuma ruptura com os oito anos que precederam os dois mandatos de FHC. Os chamados fundamentos macroeconômicos foram mantidos na íntegra e não houve avanço algum nas reformas de base. O Brasil é campeão do latifúndio: 32.264 latifúndios com mais de 2.000 hectares ocupam 31,6% da área total de terras, ao passo que 1.338.711 imóveis de até 10 hectares ocupam apenas 1,8% da área total de terras (in Araújo, cit.).

Lula manteve a medida provisória que proíbe o INCRA iniciar o processo de desapropriação das terras ocupadas. O governo lula assentou menos que governo FHC e, dos ínfimos assentamentos registrados, seus números são contestáveis “*a análise dos dados disponíveis permite duvidar de que 127,5 mil famílias podem ser consideradas assentadas em 2005. Apenas 45,7% foram assentadas em áreas de reforma agrária. O restante (54,3%) refere-se a assentamentos antigos ou reordenação de assentamentos em terras públicas. Os dados também mostram que grande parte dos assentamentos ocorreu em áreas de fronteira agrícola*” (Rotta, Vera. MST questiona números divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agência Carta Maior*, 24-1-2006). Nos setores sociais (saúde e educação), a política de privatização e ataques aos servidores públicos se mantiveram, a relação com o capital financeiro permaneceu intacta e, na verdade, houve um aumento significativo das verbas estatais dedicadas ao pagamento das dívidas externas e internas.

CONCLUSÃO

A caracterização do governo Lula como um governo de frente popular não resistiu à análise e nem aos fatos. Essa caracterização foi e continua sendo sustentada pelo PSTU e por correntes políticas, que se organizam no interior do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade, por exemplo). Das caracterizações, cada uma a seu modo, como a de governo em disputa, quanto a de frente popular, são formas nefastas politicamente para a vanguarda e para os trabalhadores nesses oito anos de governo Lula. A primeira, deriva de um processo de adaptação ao aparato político do governo e do estado e, a segunda, de uma adaptação aos aparatos sindicais e ao atraso, a uma conjuntura desfavorável à luta dos trabalhadores.

Tanto uma quanto a outra demonstram quão anacrônicas e dogmáticas tem sido a base das elaborações políticas de um amplo setor da esquerda. Para caracterizar um governo como de frente popular se deve levar em consideração uma série de fatores políticos e teóricos. Dentre eles, a composição social dos partidos que compoem essa frente a correlação de forças entre as classes. No caso da composição social do PT, o grande erro é que foram desconsideradas as profundas mudanças pelas quais passou o PT durante a década de 90, o que teve por resultado o “new PT”, sem falar na mudança de base social que sofreu o PT e o próprio Lula.

Apesar de reconhecer as imensas diferenças entre Lula e as experiências frente populistas da América Latina, o PSTU manteve essa caracterização até o final, num exercício de dogmatismo singular. Ao largo de todas as profundas transformações na composição social e política do PT, da mudança de perspectiva do sindicalismo, das mudanças de correlação de forças entre as classes, das próprias expectativas em relação ao que seria um governo do PT, essas correntes não conseguiram pensar concretamente o que seria – e o que foi esse governo – e mantiveram um esquema totalmente abstrato para tentar explicar o fenômeno governo Lula. Esse é um tipo de procedimento “teórico-político” que define o conceito sem se fazer o percurso analítico necessário para determinar se as principais hipóteses políticas e teóricas se confirmariam ou não.

Outro exemplo claro da relação entre caracterização política equivocada e suas consequências táticas desenvolvidas pela mesma organização foram as políticas apresentadas pelo PSTU frente à crise econômica e o processo de demissões e cortes de direitos vividos nos anos de 2008 e 2009. Essa corrente, na ocasião, não foi capaz de identificar a gravidade da crise que se avizinhava, chegou a afirmar que “seria mais uma crise de superprodução”, sua formulação política sintetizada no slogan “demitiu, parou”, o que levou a uma prostração política mesmo em suas bases sindicais, redundando na desmobilização dos trabalhadores diante das demissões massivas na GM e na Embraer de São José dos Campos.

Para concluir, o próximo período provavelmente não será marcado pelo “otimismo” vivido nos últimos anos, principalmente porque, *a exemplo do que*

acontece em toda Europa diante do endividamento do estado, os próximos passos de Dilma serão o corte de gastos nos setores públicos, nova reforma da previdência, que procurará aumentar os anos trabalhados para a obtenção da aposentadoria, assim como outras políticas de “ajustes” no setor público que preservem o superávit primário – garantia do pagamento dos juros da dívida -, as metas inflacionárias e mantenham as condições favoráveis para a superexploração. Medidas estas, que levaram a uma piora das condições de vida das massas trabalhadoras e, possivelmente, a um processo de efervescência da luta de classes não visto no período anterior.

REFERENCIAS

“A crise no romance de formação do PT”. *Periscópio* – Boletim eletrônico da Fundação Perseu Abramo e Secretaria Nacional de Formação Política do PT, edição Nº 49, agosto de 2005.

Araújo, José Prata. *Um retrato do Brasil: balanço do governo Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

IBGE. Síntese dos indicadores – 2010.

Sá, Thomás Tosta de. “Ciclo Lula: a hora do ajuste”. *Valor Econômico*, 9-3-2006.

Trevisan, Cláudia. “Argentina aposta no oposto do Brasil”. *Folha de S.Paulo*, 20-11-2005.

Rotta, Vera. “MST questiona números divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário”. *Agência Carta Maior*, 24-1-2006.